



AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



TEXTO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

TEXT AND CONSTRUCTION OF MEANING: A METHODOLOGICAL PROPOSAL

Prof. Dr. Ernani Terra
ernani@uol.com.br
UPM e GES-USP

Resumo: Este artigo insere-se na linha de pesquisa que investiga a construção de sentidos em textos da esfera do discurso literário e visa dar subsídios a professores para um trabalho com textos literários em sala de aula. Com fundamentação teórica na semiótica de linha francesa (greimasiana), apresenta-se uma proposta metodológica visando à construção de sentido de textos a partir de três conceitos teóricos básicos: texto, enunciação e temas e figuras. Por texto, entende-se um todo de sentido organizado que estabelece comunicação entre sujeitos. A enunciação, sempre pressuposta pelo enunciado, se manifesta pela instalação da categoria de pessoa e de coordenadas espaço-temporais e constitui a sintaxe do discurso, o nível mais superficial e concreto do percurso gerativo do sentido como propõe a semiótica discursiva. Temas e figuras são elementos da semântica do discurso e são responsáveis pela coerência do texto. Esses conceitos são explicitados na análise do conto Diante da lei, de Franz Kafka, que representa o corpus deste artigo.

Palavras-chave: Sentido; Texto; Enunciação; Temas e Figuras.

Abstract: *This article follows a line of research which studies the construction of meanings in texts belonging to the literary discourse sphere. It intends to provide solid resources for teachers working with literary texts in the classroom. Relying on the French semiotic theories (Greimasian), this article also presents a methodological proposal aiming towards the construction of meaning in texts based on three theoretical key concepts: text, enunciation and themes, and figures. Text is understood as a whole of structured meaning which establishes communication between subjects. The enunciation, always assumed by the enunciate, manifests itself by the installation of the person category and by space-time coordinates, and consists of the discourse syntax, the most superficial and tangible level of the meaning generative path, as suggested by the discursive semiotics. Themes and figures are elements of discursive semantics responsible for text coherence. These concepts are highlighted in the analysis of Franz Kafka's "The Trial", which represents the corpus of this article.*

Keywords: *Meaning; Text; Enunciation; Themes and Figures.*

1 Introdução

Uma das grandes preocupações de professores e educadores tem sido o baixo desempenho escolar de estudantes no que se refere à leitura de textos em geral. As dificuldades de estudantes para construir sentidos¹ para textos perpassam por todas as fases da escolarização e é perceptível até mesmo no ensino superior. Professores universitários têm reportado que muitos alunos chegam aos bancos das universidades com dificuldades para

¹ Optamos por usar sentidos (no plural), por considerarmos que o sentido não está no texto, mas uma construção do leitor, num processo interativo com o autor, o que significa que os textos não apresentam um só sentido, ou o sentido. Leitores diferentes construirão sentidos diferentes para um mesmo texto.



AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



aconstrução de sentidos, mesmo para textos simples, muitas vezes não conseguindo identificara ideia central e relações de sentido entre os diversos segmentos textuais. A queixa, ressalte-se, não é exclusiva dos professores que atuam nas áreas de língua, leitura e produção textual. Docentes de outras áreas também têm manifestado preocupação com o baixo índice de compreensão de textos de seus alunos, o que traz, como consequência, baixo aproveitamento na disciplina e, em muitos casos, desistência do curso já nos primeiros semestres.

A nosso ver, o baixo desempenho dos estudantes no que se refere à leitura decorre de que não lhes foi apresentado, durante seu percurso escolar, um aparato teórico-metodológico que possibilitasse torná-los leitores proficientes. Na disciplina língua portuguesa, tanto no ensino fundamental, quanto no médio, enfatizam-se, sobretudo, aspectos linguístico-gramaticais em que se toma a frase como objeto do estudo, relegando a um segundo plano, o discurso em ato. De uns tempos para cá, por exigência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), assistiu-se a uma mudança de perspectiva. Passou a privilegiar o estudo da língua com base nos gêneros textuais. Ressaltamos que, em grande parte dos casos, o foco nos gêneros textuais, acabou sendo abordado numa perspectiva classificatória, ou seja, os estudantes eram levados a reconhecer em que gênero o texto objeto de estudo se encaixava, deixando-se de lado o fator que consideramos mais relevante: o que o texto diz, para quem foi produzido, com que propósito comunicativo e que mecanismos linguísticos e discursivos foram empregados para a construção dos sentidos. Em síntese: não basta o estudante reconhecer que o texto que tem diante de si é um bilhete, um artigo de opinião, uma notícia, uma crônica, um poema etc., se ele é incapaz de construir o sentido do que “lê”.

Há um senso comum de que se aprende ler, lendo. Essa assertiva traz um subentendido falso e, sobretudo, perigoso do ponto de vista pedagógico, pois acaba dando a entender que a leitura é uma habilidade que se aprende, mas não se ensina. Não compartilhamos, evidentemente, com essa ideia. Postulamos que a leitura *pode* e *deve* ser ensinada e que compete principalmente, mas não exclusivamente, aos professores de língua materna seu ensino.

Para que o ensino seja eficaz, ele tem de estar alicerçado em uma base teórica, que o docente deve dominar para fazer a transposição didática dela aos estudantes. O aprendizado da leitura, reiteramos, não envolve apenas uma prática, mas também uma teoria. Isso implica que o docente deve explicitar aos estudantes os procedimentos de que o autor-enunciador se valeu para a construção dos sentidos do texto.



Se o texto é produto da enunciação de um sujeito que se desdobra em enunciador e enunciatário, é possível, a partir do texto, recuperar a enunciação, pois esta é sempre pressuposta pelo texto enunciado, que apresenta espalhadas pela sua superfície as marcas linguísticas de pessoa, lugar e tempo que permitem ao enunciatário reconstruir o contexto enunciativo: quem diz, para quem diz, onde e quando diz. No texto enunciado estão presentes as pistas, marcas linguísticas de pessoa, lugar e tempo, que permitem ao enunciatário-leitor recuperar a enunciação.

A construção do sentido dos textos tem sido estudada por várias teorias que se preocupam com o texto e o discurso: linguística textual, análise do discurso, análise da conversação, retórica, pragmática etc. Neste artigo, optamos por apresentar um aparato teórico-metodológico com fundamento na semiótica de linha francesa, também denominada discursiva ou greimasiana, não por considerarmos que seja a “melhor” teoria, mas pela simples razão de que é com base nesse arcabouço teórico que desenvolvemos nossas pesquisas e temos publicados nossos trabalhos.

Interessam-nos, para efeitos deste artigo, dois conceitos básicos: texto e enunciação. Nunca é demais lembrar que há uma relação de pressuposição entre eles, pois se há uma materialidade, o texto, o dito, está pressuposto o ato que o engendrou, a enunciação, o dizer.

Como *corpus* para análise e exemplificação do aparato teórico-metodológico apresentado, selecionamos o conto de *Diante da lei*, de Franz Kafka, a fim de demonstrar como, a partir das categorias da enunciação, é possível (re)construir os sentidos do texto. A escolha do gênero conto justifica-se pelo seu caráter sintético. Por ser uma narrativa breve, sua leitura e estudo podem ser feitos no tempo destinado a uma aula. Além disso, os elementos presentes no conto, narrador, fato ou evento, narratividade, personagem, tempo e espaço, estão presentes em outros gêneros literários, como o romance e a novela; em gêneros não ficcionais, como a notícia e, até mesmo, em textos cujo plano da expressão não é exclusivamente verbal, como novelas gráficas, charges, tirinhas, canções, que se caracterizam por apresentarem um plano da expressão em que o verbal se sincretiza com o não verbal.

2 Texto: uma conceituação

Em obra que já se tornou clássica como introdução aos estudos à semiótica discursiva, Barros (2003, p. 7), afirma que “a semiótica tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar *o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz*” (grifo da autora).



Ressaltamos que essa frase de Barros serve como aval para nossa proposta por dois motivos principais: o primeiro é que tomamos como pré-requisito que o ensino de língua materna e de leitura tem de ter por objeto o texto; o segundo é que a eficácia do ensino de leitura deve passar também pela explicitação dos procedimentos enunciativos que possibilitaram ao autor do texto dizer o que diz, o que implica não apenas se ater ao discurso enunciado mas, por meio dele, recuperar a enunciação, sempre pressuposta.

Mas o que é um texto? Há tantas definições de texto quantos forem os arcabouços teóricos em que nos apoiarmos. Para a semiótica discursiva, ainda segundo Barros,

Um texto define-se de duas formas que se complementam: pela organização ou estruturação que faz dele um ‘todo de sentido’, como um objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário. A primeira concepção de texto, entendido como *objeto de significação*, faz com que seu estudo se confunda com o exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um “todo de sentido”. [...] A segunda caracterização do texto não mais o toma como *objeto de significação*, mas como *objeto de comunicação* entre dois sujeitos. Assim concebido, o texto encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas. (BARROS, 2003, p. 7, grifos no original).

Destacamos também que o texto é uma estrutura, ou seja, um todo formado por uma relação solidária de dependências. Isso significa que o sentido de qualquer parte do texto (frase, palavra, parágrafo, verso etc.) se dá por uma relação de interdependência com outras partes do mesmo texto, lembrando que essa solidariedade lhe confere coesão e sentido. Por outro lado, a definição nos mostra o aspecto social dos textos, na medida em que estabelece comunicação entre sujeitos, daí seu caráter intersubjetivo, dialógico².

Na relação comunicativa que se estabelece entre um enunciador e um enunciatário, compete a este último construir os sentidos do texto a partir dos elementos presentes no plano da expressão. Por ser objeto de comunicação entre sujeitos, o texto é um produto cultural e reflete os valores e crenças da sociedade. E mais: o texto é da ordem do acontecimento, isto é, da História, repousa em discursos que o precederam (interdiscursividade), dialoga com outros (intertextualidade), além do que poderá servir de fonte a outros textos que venham a ser produzidos.

² Utilizamos aqui o termo dialógico em sentido restrito, isto é, para ressaltar o fato de que o texto estabelece diálogo entre sujeitos (intersubjetividade), que podem estar presentes no ato da comunicação, como nos textos falados, ou não, como no caso dos textos escritos, cuja recepção é diferida. Em sentido amplo, dialogismo diz respeito à, adotando-se a nomenclatura proposta por Authier-Revuz, heterogeneidade constitutiva, já que todo discurso mantém com discursos que o precederam uma relação polêmica ou contratual.



Para a semiótica discursiva, na esteira de Saussure e Hjelmslev, todo texto resulta da superposição de planos que se pressupõem: uma expressão e um conteúdo, ou seja, podemos entender o texto como um grande signo linguístico. O plano da expressão corresponderia ao significante e o plano do conteúdo, ao significado. O plano da expressão é a parte material e palpável do texto e tem caráter sensorial, vale dizer, é percebido pelos órgãos do sentido (audição e visão, principalmente). O plano do conteúdo é de caráter cognitivo e contém o sentido. Expressão e conteúdo são solidários; são como os dois lados de uma folha de papel.

Para estabelecer o sentido dos textos, a semiótica, num primeiro momento, despreza o plano da expressão, atendo-se apenas ao plano do conteúdo. Isso representa uma enorme vantagem, na medida em que seu aparato metodológico, pode ser aplicado para qualquer texto, independentemente do plano da expressão. Dessa forma, o analista poderá, empregando essa metodologia, estudar textos verbais, como um conto, um poema, uma notícia; textos não verbais, como uma pintura, e textos sincréticos, aqueles em cujo plano da expressão estão presentes signos verbais e não verbais.

3 A enunciação

Falar em enunciação significa retomar os estudos de Émile Benveniste, particularmente de alguns dos ensaios que fazem parte dos dois volumes de sua obra *Problemas de linguística geral*, em especial os capítulos *A natureza dos pronomes*, *Da subjetividade da linguagem* (volume 1, capítulos 20 e 21, respectivamente) e *A linguagem e a experiência humana* e *O aparelho formal da enunciação* (volume 2, capítulos 4 e 5, respectivamente) e os estudos de José Luiz Fiorin, em seu trabalho *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*.

Para entendermos o conceito de enunciação, faz-se necessário retomarmos a distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*), estabelecida por Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, organizado por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, com base em apontamentos de cursos que Saussure ministrou na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911.

Segundo o mestre genebrino, a línguagem caráter abstrato e social; a fala tem caráter concreto e individual. Numa linguagem bastante em voga hoje, a língua, uma espécie de *thesaurus*, é virtual e se atualiza por meio da fala (ou discurso), que é o uso que cada indivíduo faz desse sistema abstrato. Segundo Saussure, “a língua é necessária para que a fala seja



AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA

inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça [...]” (SAUSSURE, 1972, p. 27). A língua, como se vê, é definida por Saussure sem referência aos sujeitos ou a realizações concretas. A fala, por sua vez, pressupõe a realização do sistema da língua por sujeitos (os falantes). Em outras palavras: o discurso pressupõe a língua.

Se Saussure estabeleceu a distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*), Benveniste dá um passo além, mostrando como se passa da língua, o sistema, para a fala, o processo; ou seja, como algo que é abstrato e coletivo se transforma em um fato concreto e individual. Benveniste nos mostra que é pela enunciação que a língua se converte em fala (ou discurso), ou seja, a enunciação é a instância mediadora entre a língua e fala.

Segundo Benveniste, a enunciação é o ato pelo qual um sujeito, por um ato de vontade, se apropria do sistema da língua e a põe em funcionamento; nas palavras do linguista, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Isso significa que a enunciação é responsável pela discursivização. Estamos aqui empregando o termo discurso como produto da enunciação, portanto no mesmo sentido de enunciado e fala, no sentido saussureano do termo (*parole*), e de texto.

Pela enunciação instaura-se a categoria de pessoa, um “eu”. Como o discurso é dialógico, esse “eu” se dirige a um “tu”/ “você”. O sujeito da enunciação, portanto, desdobra-se em um enunciador (“eu”) e um enunciatário (“tu”/ “você”). O enunciado pode apresentar as marcas linguísticas do enunciador, como nos textos em que o “eu” se apresenta explicitamente no enunciado, os chamados textos em primeira pessoa. As marcas da enunciação no enunciado podem, porém, estar apagadas, como ocorre nos textos em terceira pessoa. Os primeiros são chamados de textos enunciativos e os segundos, de enuncivos e produzem efeitos de sentido diversos. Nos textos enuncivos, o efeito de sentido produzido é de objetividade, pois há como que um afastamento da instância da enunciação; nos textos enunciativos, o efeito de sentido é de subjetividade. Portanto a opção por produzir textos enuncivos ou enunciativos está diretamente ligada aos efeitos de sentido que o enunciador visa a produzir. Em textos científicos, acadêmicos elegais, em que se pretende passar o sentido de objetividade, a opção costuma ser por textos enuncivos. Textos literários podem ser enuncivos ou enunciativos. Em alguns movimentos literários, como o romantismo, predominam textos enunciativos, pois a subjetividade é uma das marcas dessa estética, veja-se a propósito os poemas de Álvares de Azevedo (“Se eu morresse amanhã...”, “Eu deixo a vida



AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



como deixa o tédio...”), Gonçalves Dias (“Minha terra tem palmeiras / Onde canta o sabiá”) e Casemiro de Abreu (Oh! que saudades que tenhoda aurora minha da vida”). No naturalismo, predominam textos enuncivos, já que essa estética procura produzir efeitos de sentido de objetividade, o mesmo ocorrendo na poesia parnasiana. Nos textos enunciativos, temos um simulacro da enunciação, na medida em que temos a enunciação enunciada; nos enuncivos, o que se tem é um discurso enunciado.

Sobre a categoria pessoa, reproduzimos as palavras de Fiorin.

A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele se refere a algo exclusivamente linguístico, ou seja, ao “ato de discurso individual em que eu é pronunciado e designa seu locutor” (BENVENISTE, 1966, p. 261-2). (FIORIN, 2001, p. 41, grifos no original)

Ao instalar no texto a pessoa, instala-se também um eixo de coordenadas espácio-temporais, ou seja, um *aqui* (espaço) e um *agora* (tempo). Portanto, a enunciação é a instância do *ego*, *hic*, *nunc*, ou em português, do *eu*, *aqui*, *agora* e, como “não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e da pessoa” (FIORIN, 2001, p. 15), não se pode pensar em estudo de texto sem que se pense no ato que o engendrou, a enunciação; pois, como atesta Fiorin (2015, p. 15), “compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização é fundamental para entender o processo de discursivização”.

O mecanismo pelo qual se instalam as categorias da enunciação é chamado de debreagem. Por ele, as categorias de pessoa, espaço e tempo desengatam-se da instância da enunciação e se manifestam nos textos, os enunciados. Como são três as categorias da enunciação, pessoa, espaço e tempo, temos debreagem actancial, debreagem espacial e debreagem temporal, respectivamente. Barros (2003, p. 85) assim define a debreagem “...operação pela qual a enunciação projeta os actantes e as coordenadas espácio-temporais do discurso, utilizando, para tanto, as categorias da pessoa, do espaço e do tempo”.

As instâncias da enunciação, *eu*, *aqui* e *agora*, têm por oposição um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*, o que implica que temos dois tipos de debreagem: enunciativa (*eu*, *aqui*, *agora*) e enunciva (*não-eu*, *não-aqui*, *não-agora*).

Segundo Terra (2015, p. 215), “...podemos dizer que há debreagem enunciativa quando encontramos no texto as marcas linguísticas da instância da enunciação (*eu*, *aqui*, *agora*). Se não houver as marcas linguísticas do *eu*, *aqui*, *agora*, temos debreagem enunciva”.

Terra e Pacheco chamam a atenção para o fato de que



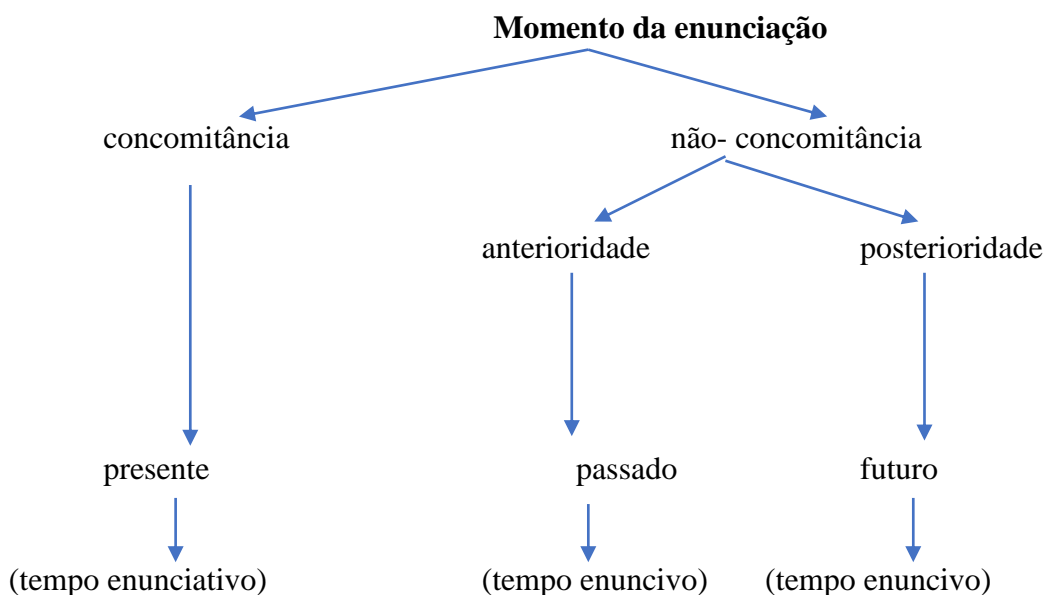
em um mesmo texto, é comum haver debreagem enunciativa e debreagem enunciva. É o caso de um texto em primeira pessoa (debreagem actancial enunciativa) cuja ação se passa em um momento do passado (debreagem temporal enunciva) e em um espaço que não é o da enunciação (debreagem espacial enunciva) (TERRA; PACHECO, 2017, p. 243).

Quadro 1 - Tipos de debreagem

DEBREAGEM		
ENUNCIATIVA	actorial	eu / tu (você)
	espacial	aqui
	temporal	agora
ENUNCIVA	actorial	não-eu: ele
	espacial	não-aqui: lá / alhures
	temporal	não-agora: então

Fonte: elaboração própria

Ressaltamos que o *então* desdobra-se nas categorias anterioridade e posterioridade, o que significa que, temos três tempos linguísticos: o presente (*agora*), o passado (anterioridade em relação ao *agora*) e o futuro (posterioridade em relação ao *agora*). O primeiro é tempo enunciativo e os outros dois são tempos enuncivos, como se observa na ilustração que segue.



Fonte: elaboração própria



A enunciação nos mostra que certos elementos gramaticais como pronomes, advérbios, tempos verbais têm seu sentido atrelados a ela. Tais elementos gramaticais são denominados dêíticos. Signos como *eu*, *tu*, *aqui*, *agora* não têm um referente fixo. São palavras da ordem do discurso. *Eu* é aquele que diz eu; *tu* é aquele a quem o eu se dirige. Na conversação, essas posições trocam de lugar o tempo todo. Assim, aquele que era designado por eu, passa no momento seguinte a ser designado por tu e vice-versa.

4 Temas e figuras

A semiótica entende o texto como resultado da superposição de dois planos que se pressupõem: uma expressão e um conteúdo. Um não existe sem o outro, são como o verso e o anverso de uma folha de papel, pois toda expressão é expressão de um conteúdo e todo conteúdo se manifesta por meio de uma expressão.

Para a construção do sentido dos textos, a semiótica entende que o plano do conteúdo se organiza em três níveis. O sentido dos textos constrói-se por meio de um percurso, que vai do nível mais simples e abstrato (o nível fundamental) ao mais superficial e concreto (o nível discursivo), havendo entre eles um nível intermediário, chamado de narrativo. A passagem do nível fundamental ao narrativo e deste ao discursivo representa um enriquecimento de sentido.

Nas palavras de Barros (2003, p. 88),

Para construir o sentido do texto, a semiótica concebe seu plano do conteúdo sob a forma de um percurso de engendramento do ou dos sentidos, que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto e que se organiza em níveis ou lugares de articulação da significação, passíveis, cada qual de descrição autônoma.

Esse percurso é denominado percurso gerativo do sentido. Interessa-nos aqui, particularmente, o nível discursivo, o mais próximo à manifestação. Do ponto de vista de uma sintaxe, é no nível discursivo que se observam as categorias da enunciação, pessoa, espaço e tempo. Do ponto de vista semântico, é nele que se manifestam os temas e as figuras.

Terra e Pacheco chamam a atenção para o fato de que “o nível discursivo não é apenas mais concreto que os níveis fundamental e narrativo, é também mais rico e mais complexo;



por isso, na análise de textos, é preciso verificar o que se ‘esconde’ por trás dessa diversidade, realizando abstrações” (TERRA; PACHECO, 2017, p. 155).

Figuras são palavras concretas que têm um referente no mundo natural ou imaginado, isto é, palavras cuja percepção é dada pelos sentidos, como *livro*, *bruxa* (visão), *grito* (audição), *amargo* (paladar), *áspero* (tátil), *perfume* (olfato). As figuras, além de darem sensorialidade aos textos, criam o efeito de sentido de realidade. Temáticas são palavras abstratas com as quais exprimimos conceitos que não possuem um referente no mundo natural, portanto o que eles exprimem é de natureza cognitiva, nomeiam conceitos, ideias, abstrações, portanto seus referentes não são percebidos pelos sentidos.

Os textos em que predominam as figuras são por isso mesmo chamados de figurativos e aqueles em que predominam as temáticas são chamados de temáticos. Textos figurativos são mais concretos; os temáticos, mais abstratos. Textos literários são predominantemente figurativos; textos filosóficos e científicos são predominantemente temáticos.

As figuras revestem os temas, ou seja, dão a eles concretude. Por exemplo, uma figura como *asas*, num texto, pode servir como revestimento ao tema liberdade; uma figura como *ilha* concretiza temas como isolamento, solidão, refúgio. Tanto os temas quanto as figuras encadeiam nos textos, formando percursos temáticos e figurativos, dando a eles continuidade, assegurando-lhes a coerência. Sobre isso Diana Luz Pessoa de Barros destaca que

Os temas espalham-se pelo texto e são recobertos pelas figuras. A reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso denominam-se isotopia. A isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica (BARROS, 2003, p. 74).

5 Leitura de um texto

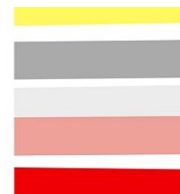
A seguir transcrevemos o conto *Diante da lei*, de Franz Kafka, a fim de ver como a teoria acima exposta pode ser aplicada na construção do sentido de um texto.

Diante da lei

Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde.



AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



— É possível — diz o porteiro — mas agora não.

Uma vez que a porta da lei continua como sempre aberta e o porteiro se põe de lado o homem se inclina para olhar o interior através da porta. Quando nota isso o porteiro ri e diz:

— Se o atrai tanto, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala porém existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a simples visão do terceiro.

O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo, a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada. O porteiro lhe dá um banquinho e deixa-o sentar-se ao lado da porta. Ali fica sentado dias e anos. Ele faz muitas tentativas para ser admitido e cansa o porteiro com os seus pedidos. Às vezes o porteiro submete o homem a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe a respeito da sua terra natal e de muitas outras coisas, mas são perguntas indiferentes, como as que os grandes senhores fazem, e para concluir repete-lhe sempre que ainda não pode deixá-lo entrar. O homem, que havia se equipado com muitas coisas para a viagem, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Com efeito, este aceita tudo, mas sempre dizendo:

— Eu só aceito para você não julgar que deixou de fazer alguma coisa.

Durante todos esses anos o homem observa o porteiro quase sem interrupção. Esquece os outros porteiros e este primeiro parece-lhe o único obstáculo para a entrada na lei. Nos primeiros anos amaldiçoa em voz alta e desconsiderada o acaso infeliz; mais tarde, quando envelhece, apenas resmunga consigo mesmo. Torna-se infantil e uma vez que, por estudar o porteiro anos a fio, ficou conhecendo até as pulgas da sua gola de pele, pede a estas que o ajudem a fazê-lo mudar de opinião. Finalmente sua vista enfraquece e ele não sabe se de fato está ficando mais escuro em torno ou se apenas os olhos o enganam. Não obstante reconhece agora no escuro um brilho que irrompe inextinguível da porta da lei. Mas já não tem mais muito tempo de vida. Antes de morrer, todas as experiências daquele tempo convergem na sua cabeça para uma pergunta que até então não havia feito ao porteiro. Faz-lhe um aceno para que se aproxime, pois não pode mais endireitar o corpo enrijecido. O porteiro precisa curvar-se profundamente até ele, já que a diferença de altura mudou muito em detrimento do homem:

— O que é que você ainda quer saber? — pergunta o porteiro. — Você é insaciável.

— Todos aspiram à lei — diz o homem. — Como se explica que em tantos anos ninguém além de mim pediu para entrar?



O porteiro percebe que o homem já está no fim e para ainda alcançar sua audição em declínio ele berra:

— Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a.

(KAFKA, 1999. p. 27-29)

6 Aplicação da teoria semiótica no texto

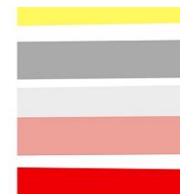
Vimos que o texto é um objeto semiótico resultante da superposição de dois planos interdependentes, uma expressão de ordem material, e um conteúdo, de ordem cognitiva, e chamamos a atenção de que ele deve ser visto tendo em vista dois aspectos que o definem:

- a) uma estrutura que faz dele um todo de sentido em que as partes desse todo estão relacionadas. Assim o valor de qualquer elemento do texto será sempre dado por uma relação.
- b) um objeto de comunicação entre sujeitos. Trata-se de um objeto cultural determinado por formações ideológicas específicas.

Quanto a esse último item, chamamos a atenção para o fato de que essa relação comunicativa se estabelece entre um enunciador, o destinador da mensagem, e um enunciatário, aquele a quem se destina o texto, o leitor, nos textos escritos; o ouvinte, nos falados. Há entre destinador e destinatário um contrato em que o primeiro visa persuadir o segundo a aceitar o texto, ou seja, o destinador não é movido apenas por um propósito comunicativo (um *fazer-saber*), mas também por propósitos persuasivos, isto é, por um *fazer-criar* e um *fazer-fazer*. Destinador e destinatário são elementos da relação comunicativa, mediada pelo texto.

Do ponto de vista da debreagem actancial, temos um texto enuncivo, ou seja, nele as marcas linguísticas do enunciador foram apagadas, o que lhe confere um efeito de sentido de objetividade e de afastamento da enunciação. Temos o que se chama correntemente de uma narração em terceira pessoa, aquela cujo narrador é heterodiegético, isto é, não pertence à digese, entendendo-se por digese a fábula, aquilo que é narrado, a história propriamente dita. Trata-se de uma narrativa não do *eu*, mas do *ele* (o homem do campo). Nesse tipo de narração, pelo fato de o narrador não se explicitar, é como se a história narrasse a si mesma.

No texto, há a presença de dois atores (personagens) instalados por debreagem: o homem do campo e o porteiro que não são designados no texto por nomes próprios, mas pelo



papel social que exercem. Isso cria um efeito de sentido diferente daquele que resulta quando as personagens são identificadas por um antropônimo, na medida em que o papel social se sobrepõe ao individual. Há uma negação do individual e a afirmação do social. As denominações “o homem do campo” e “o porteiro” referem-se não a um determinado homem do campo ou a um determinado porteiro, mas a homens do campo e a porteiros da lei em geral, ou seja, não se trata de uma narrativa centrada em conflitos de ordem subjetiva, mas em conflitos decorrentes da relação de um “eu” com a realidade objetiva que vive. Esse conflito deriva de uma oposição entre dois atores, um sujeito e um antissujeito, que representam valores opostos. Enquanto um busca determinado valor, outro impede de alcançá-lo.

O ator homem do campo está fora da lei e tem por objetivo entrar na lei, passar de um estado de disjunção (sem a lei) para um estado de conjunção com um valor (a lei). Em outros termos, trata-se de uma narrativa de aquisição de valores. Como podemos notar, todas as ações para entrar na lei são infrutíferas, porque há sempre alguém (o antissujeito porteiro) a impedir que a mudança de estado, que levaria à aquisição, se concretize.

A enunciação, como vimos, instala também um sistema de coordenadas espaço-temporais. Quanto ao tempo, temos debreagem enunciativa, pois o tempo coincide com o momento da enunciação. Trata-se de uma narrativa do agora, como atestam os verbos no sistema do presente: *está, chega, pede, diz, pergunta* etc. e o advérbio *agora*, que assinala tempo concomitante à enunciação: “... o porteiro diz que *agora* não pode permitir-lhe a entrada”. , “...*agora*, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro...”(grifos nossos).

Quando se fala em tempo na narrativa, há que se distinguir o tempo dos acontecimentos (passado, presente ou futuro, mais raramente) do tempo da matéria narrada, isto é, o intervalo de tempo em que transcorreu a história, que pode ser curto, como em diversos contos de Clarice Lispector, de que são exemplos, *Amor, O búfalo, Uma galinha*, ou bastante longo, como *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, e *Guerra e paz*, de Liev Tólstoi.

Quando falamos que em *Diante da lei*, o tempo é presente, estamos nos referindo ao tempo do discurso, ao tempo em que se toma a enunciação como marco temporal, e não ao tempo de duração da matéria narrada. A sucessão dos acontecimentos permite concluir que o tempo de duração dos acontecimentos é bastante longo, na medida em que, no decorrer da narrativa, tomamos conhecimento da passagem do tempo por meio de signos denotadores de temporalidade, como mostram as expressões: “Ali fica, dias e anos”, “durante anos seguidos”.



Esses anos seguidos vão avançando até aproximar-se o momento da morte do homem do campo. Os acontecimentos são expostos em ordem cronológica, do passado para o presente.

Quanto ao espaço, temos debreagem enunciativa, na medida em que se trata de uma narrativa do *aqui*. O espaço é apresentado como um lugar que se encontra diante da lei. Tudo se passa do lado de fora “da lei”, já que o homem do campo jamais consegue ultrapassar as portas da lei. Supõe-se que os fatos ocorram diante de um local que guarda a lei, ou em que se zela por ela, como um tribunal ou uma corte de justiça. O espaço do conto é descontínuo, na medida em que há uma porta que separa a lei daquele que está fora dela. A deslocamento espacial pretendida pelo homem do campo consiste na passagem de um espaço sem lei para um espaço com lei. Em *Diante da lei*, privilegia-se o espaço social. É importante notar que o espaço no conto não é mero cenário, ele é constitutivo do sentido, na medida em que se trata de uma narrativa de conquista de espaço. O homem do campo quer atingir esse espaço, mas o porteiro lhe impede essa conquista.

As categorias de pessoa, tempo e lugar, como salientamos, manifestam-se no nível discursivo do texto, o mais concreto e mais próximo à expressão e dizem respeito à sintaxe do discurso. Chamamos a atenção também para o fato de que o nível discursivo apresenta também uma semântica e essa é dada pelos temas e figuras.

Em *Diante da lei*, podem ser observados os temas da liberdade, da justiça, da burocracia, do absurdo, da inacessibilidade, do direito, entre outros. Um levantamento não exaustivo nos mostra as seguintes figuras: *lei*, *porteiro*, *porta*, *entrar*, *banquinho*, *sentar*, *interrogatório*, *pedido*, *pergunta*, *obstáculo*.

A construção do sentido de um texto pressupõe que o enunciatário perceba os temas de que o texto trata e também, no nível das figuras, que temas essas recobrem. No conto de Kafka, a figura *leirecobre* o tema justiça; *porteiro* remete à ideia de dificuldade, de inacessibilidade; *banquinho* expressa o conceito de espera, demora, cansaço; *interrogatório*, intimidação, constrangimento, autoritarismo, punição.

6 Conclusão

Neste artigo, intentamos exemplificar um procedimento metodológico para a construção de sentidos de textos com base no aparato teórico da semiótica de linha francesa. Nossa proposta, leva em conta que se deve partir do nível mais concreto e superficial dos



textos, o nível discursivo, analisando-o quanto à sua sintaxe e semântica, para se chegar ao nível fundamental em que se encontram as oposições semânticas básicas.

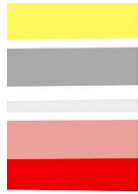
No que se refere à sintaxe do discurso, nossa proposta é que, a partir do enunciado (o texto propriamente dito), se recupere a enunciação, sempre pressuposta pelo enunciado, observando-se suas instâncias, vale dizer, pessoa, espaço e tempo. A primeira concretizada nos seguintes elementos narrador e personagem, que podem estar em sincretismo, isto é, o narrador é também personagem da história que narra. Importa salientar que a opção por um outro modo de focalização (foco narrativo), primeira ou terceira pessoa, terá implicação nos efeitos de sentido produzidos, subjetividade e objetividade respectivamente.

Quanto ao tempo, é preciso observar que enunciação instala um marco temporal tomado em relação a ela, daí termos narração de fatos presentes, passados e futuros. No entanto, podemos ter outros marcos temporais instalados no texto, como a narração de um fato passado tomado em relação a outro fato passado, ou um fato futuro relativamente a um marco temporal passado marcado no texto.

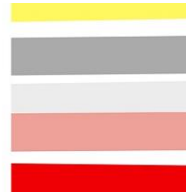
Em relação à semântica do discurso, implica que se faça um levantamento dos temas e das figuras, observando seu encadeamento que vai conferir a continuidade do texto, conferindo-lhe coerência. Quanto às figuras, é necessário que se observem os temas que revestem, lembrando-se de que no texto os valores decorrem de uma relação, ou seja, as figuras não têm valores absolutos. *Porta* pode num texto significar algo que impede a passagem, obstáculo, impedindo o sujeito de entrar em conjunção com um valor, portanto ligado a fechamento; noutra, pode estar ligada a abertura, sendo aquilo que nos permite a transposição de um espaço para outro onde se podem encontrar os valores buscados.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4^a. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2^a. ed. São Paulo: Ática, 2001.



AFLUENTE:
REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



KAFKA, F. Diante da lei. In: _____. *Um médico rural*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 27-29.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 4^a. ed.: Cultrix, 1972.

TERRA, Ernani. *A produção literária e a formação de leitores em tempos de tecnologia digital*. Curitiba: InterSaberes, 2015.

_____; PACHECO, Jessyca. *O conto na sala de aula*. Curitiba: InterSaberes, 2017.

Recebido em: 8 de agosto de 2018.
Aprovado em: 22 de agosto de 2018.